

II PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Prova Objetiva

Nome:

RG:

Faculdade:

Constitucional

1) Sobre o humanismo como categoria constitucional, são apresentados os itens a seguir. Assinale a única alternativa CORRETA.

- a) Humanismo e democracia são conceitos que entram em rota de colisão.
- b) É legítima a atitude de um juiz que, de acordo com os seus conceitos *ex ante* interiorizados (pré-conceitos), alegando basear-se em fundamentação de caráter humanista, desligue-se por completo do que Konrad Hesse chamou de *Wille zur Macht* (vontade de Constituição).
- c) A Constituição Federal de 1988, sob a denominação de fundamentos da República Federativa do Brasil, fez da democracia -- logo, do humanismo -- uma feérica *estrela de cinco pontas*: “soberania”, “cidadania”, “dignidade da pessoa humana”, “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, “pluralismo político”.
- d) A Constituição da Itália, no art. 1º, estatui *que L'Italia è una Repubblica democratica, fondata sul lavoro* (a Itália é uma República democrática, fundada no trabalho). Distanciando-se da Constituição Italiana, a Carta de Outubro de 1988 não faz, em seu art. 1º, nenhuma referência ao trabalho.

2) O discurso de Ulysses Guimarães no dia da promulgação da Constituição da República de 1988 foi um momento único no Brasil – marcante, memorável e proclamador de um *giro copernicano*.

A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa, a Constituição do Governo síntese Executivo-Legislativo, a Constituição fiscalizadora.

Em que dia fora realizado o discurso de Ulysses Guimarães?

- a) 15 de outubro de 1988.
- b) 05 de outubro de 1988.
- c) 30 de outubro de 1988.
- d) 25 de outubro de 1988.

3) No bojo da ADPF 130, ficou famoso o antológico excerto confeccionado pelo ex-Ministro Carlos Ayres Britto, juiz-poeta de Sergipe, maior juiz humanista que passou pelas cadeiras do Supremo Tribunal Federal:

Se é assim, não há opção diferente daquela que seguramente fez o nosso Magno Texto Republicano: consagrar a plenitude de uma liberdade tão intrinsecamente luminosa que sempre compensa, de muito, de sobejo, inumeravelmente, as quedas de voltagem que lhe

infligem profissionais e organizações aferrados a práticas de um tempo que estrebucha, porque já deu o que tinha de dar de voluntarismo, chantagem, birra, perseguição. Esparsas nuvens escuras a se esgueirar, intrusas, por um céu que somente se compraz em hospedar o sol a pino. Exceção feita, já o vimos, a eventuais períodos de estado de sítio, mas ainda assim "na forma da lei". Não da vontade caprichosa ou arbitrária dos órgãos e autoridades situados na cúpula do Poder Executivo, ou mesmo do Poder Judiciário.

Considerando o caráter meramente motivador da transcrição alinhavada, marque a alternativa CORRETA.

- a) O Supremo Tribunal Federal considerou a Lei de Imprensa não recepcionada pela Constituição Federal de 1988, uma vez que aquele Tribunal é hostil à tese da inconstitucionalidade superveniente.
- b) O legitimado ativo valeu-se da ADPF, mas poderia, também, utilizar-se da ADI, ainda sendo a Lei de Imprensa uma norma editada antes da Carta de Outubro.
- c) O Supremo Tribunal Federal considerou a Lei de Imprensa inconstitucional.
- d) A Lei de Imprensa foi declarada compatível com a atual *Carta Altior*.

4) Sobre o princípio da proporcionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) O princípio da proporcionalidade encontra óbice na liberdade de conformação do legislador.
- b) A proporcionalidade em sentido estrito assume o papel de um controle de sintonia fina, de modo a indicar a justeza da solução encontrada ou a necessidade de sua revisão.
- c) A proibição do excesso e a proibição da proteção insuficiente são duas facetas do princípio da proporcionalidade.
- d) O subprincípio da necessidade exige que as medidas interventivas adotadas se mostrem aptas a atingir os objetivos pretendidos.

5) Sobre competência legislativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Havendo conflito de leis ambientais, prevalecerá a norma geral editada pela União.
- b) Havendo conflito de leis ambientais, prevalecerá a norma mais protetiva ao meio ambiente.
- c) A competência para legislar sobre direito hídrico é concorrente.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre proteção ao meio ambiente.

6) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É possível dizer que, na prática, a súmula vinculante, criada para reduzir a sobrecarga processual do Supremo Tribunal Federal, teve um efeito contraproducente, pois criou o *canal aberto* da reclamação contra qualquer autoridade administrativa ou judiciária que descumpra o teor do verbete de súmula.
- b) A TV Justiça foi criada para dar uma maior publicidade às decisões do Supremo Tribunal Federal, aumentando o *controle social* sobre o Poder Judiciário, de modo a conferir maior legitimidade às suas decisões.
- c) Os acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal levam em consideração, para definir a posição vencedora, apenas o dispositivo dos votos. Assim, é possível haver uma decisão levada a cabo por unanimidade, mas com argumentos absolutamente diversos e por vezes contraditórios, pois não se exige uma *ratio decidendi* em comum.
- d) O Supremo Tribunal Federal é uma autêntica Corte Constitucional.

7) A respeito do controle de constitucionalidade, aponte a assertiva CORRETA.

- a) É possível que o Supremo Tribunal Federal realize controle difuso de constitucionalidade de lei municipal caso haja a interposição de recurso extraordinário em relação à decisão de (in)constitucionalidade proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- b) Lei municipal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) A decisão denegatória de pedido de inconstitucionalidade de determinada lei proferida pelo Supremo Tribunal Federal não implica, justamente pela inadmissibilidade do sistema de ambivalência ou de natureza dúplice, no reconhecimento de sua constitucionalidade.
- d) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, que permite seja questionada lei municipal, é exhaustivamente regulada pela Constituição Federal, inclusive, integralmente, sobre o conceito de preceito fundamental.

Civil

8) Considere as proposições abaixo.

- I) A concepção atual da prescrição e da decadência remonta à inteligência de Agnelo Amorim Filho, jurista da Universidade Federal da Paraíba, que morreu nos idos dos anos sessenta.
- II) Falar em Direito das Famílias e Direito de Família significa, em absoluto, a mesma coisa. A hodierna doutrina de proa prefere a última expressão.
- III) A teoria chamada diálogo das fontes, diálogo de conexão ou diálogo de complementaridade foi desenvolvida pelo alemão Erik Jayme e intelectualmente introduzida no Brasil por Cláudia Lima Marques. Apesar do esforço intelectual da professora gaúcha, essa teoria não teve sucesso no ordenamento jurídico local.
- IV) O artigo 588 do Código Civil -- segundo o qual o mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores -- remonta aos idos do *senatus consultus macedoniano*.
- V) O professor da USP e da UFRGS, Humberto Ávila, preleciona que a tese da superabilidade (também chamada de derrotabilidade ou *defeasibility*) possibilita que casos trágicos podem ser julgados ao arrepio do sistema jurídico. Solução similar a essa proposta já foi utilizada pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento, *por exemplo*, da ADI 2240/BA.

Marque a alternativa CORRETA.

- a) Apenas os itens II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens IV e V estão corretos.
- c) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

9) Marque a opção INCORRETA.

- a) O critério biológico de paternidade prepondera sobre o critério socioafetivo, conforme norma expressa do Código Civil.
- b) O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento – e o menor pode impugnar o reconhecimento nos quatro anos que se seguirem à maioridade ou à emancipação.
- c) A ação de investigação de paternidade é imprescritível.

d) Registrar como seu filho de outrem configura, em tese, o crime previsto no artigo 242 do Código Penal (Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido).

10) A partir da análise das assertivas abaixo, assinale a que for devida.

I) Em artigo intitulado “Visão Geral do Código Civil”, Miguel Reale alvitrou os três sustentáculos fundantes do Código Civil, quais sejam, socialidade, eticidade e dinamicidade.

II) Dado o caráter eminentemente patrimonialista e individualista do Código Civil de 1916, foram editadas um sem-número de leis para tentar arrefecer essas vetustas lógicas, razão pela qual o Direito Civil se tornou um sistema pulverizado. Daí porque Orlando Gomes, jurista de Salvador/BA, afirmou que o Direito Civil precisava de uma norma hierarquicamente superior para que fosse (re)unificado. Orlando Gomes se tornou, pois, o missionário da constitucionalização do Direito Civil no Brasil.

III) Malgrado se fale em constitucionalização do Direito Civil, essa corrente jurídica só foi perfectibilizada empiricamente com o advento do Código Civil de 2002, de modo que antes se tratava apenas e tão somente de mera veleidade retórica.

IV) O simples inadimplemento contratual enseja compensação por danos morais.

Marque a alternativa CORRETA.

a) Há um item correto.

b) Há dois itens corretos.

c) Há três itens corretos.

d) Há quatro itens corretos.

11) Sobre negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA.

I) O dolo por omissão, também chamado de reticência, é previsto no Código Civil de 2002.

II) O negócio jurídico celebrado por dolo de terceiro pode ser declarado nulo se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.

III) O Código Civil adota a máxima *utile per inutile non vitiatur*.

IV) A lesão é causa de anulabilidade do negócio jurídico para o Código Civil; de outra banda, no âmbito do direito consumerista, cuida-se de causa de nulidade. Todavia, num ou noutro caso, é imprescindível a demonstração do elemento subjetivo, caracterizado pela premente necessidade ou inexperiência.

Marque a alternativa CORRETA.

a) Há um item correto.

b) Há dois itens corretos.

c) Há três itens corretos.

d) Há quatro itens corretos.

12) Acerca dos atos jurídicos ilícitos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito independe de culpa e fundamenta-se somente no critério objetivo-finalístico.
- b) O ato ilícito catapulta necessariamente em responsabilidade civil.
- c) O estado de necessidade é um ato lícito, razão por que dele não decorre responsabilidade civil.
- d) Cairo, playboy ostentador, adquiriu um Audi financiado em sessenta parcelas. Após pagar cinquenta e oito, tornou-se inadimplente por dez meses. O banco tem o direito potestativo de requerer a resolução do contrato e ficar com o veículo para si, de modo que Cairo, então, terá que andar a pé.

13) Sobre o direito do nascituro, marque a assertiva CORRETA.

- a) O Código Civil adota, expressamente, a teoria da personalidade condicionada.
- b) É impossível falar em legado deixado ao nascituro, ainda que sob o regime do fideicomisso.
- c) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida e forma humana.
- d) A proteção que o Código Civil defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, tais como: nome, imagem e sepultura.

14) Acerca dos direitos reais, opte pela afirmativa CORRETA.

- a) Posse e detenção são conceitos que se confundem.
- b) Anticrese é o direito real na coisa alheia consistente no direito de percepção de frutos e rendimentos.
- c) A posse está expressamente prevista no rol dos direitos reais do Código Civil de 2002.
- d) A promessa de compra e venda não é direito real.

Processo Civil

15) Acerca das pegadas propedêuticas e das atuais balizas epistemológicas do Novo Código de Processo Civil, valere os itens seguintes e assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Novo Código de Processo Civil continua fazendo menção expressamente às terminologias “condições da ação” e “carência de ação”. Aboliu-se, porém, consoante vetusto estudo de Enrico Tullio Liebman, que a elaborou, mas logo depois dela se desligou, a possibilidade jurídica do pedido como condição da ação.
- b) Embora duramente criticado pela doutrina de proa (por todos, Lenio Streck), o Novo Código de Processo Civil optou por manter, a duras penas, o princípio do livre convencimento motivado nas mesmas condições em que é anunciado na prática.
- c) O Novo Código de Processo Civil introduziu uma cláusula geral de negociação sobre o processo, de modo que diversas situações jurídicas negociais poderão ser alteradas consoante a vontade das partes.
- d) Justamente por o Brasil não ter um DNA de ancestralidade com o sistema do *common law*, optou o legislador do Novo Código de Processo Civil em se manter hostil ao sistema dos precedentes judiciais – o que evita, outrossim, a fossilização do direito.

16) Marque a alternativa CORRETA.

- a) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e recorrer quando a parte for a Fazenda Pública.
- b) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, mas não para recorrer.
- c) A intimação pessoal da Defensoria Pública significa, necessariamente, que o Defensor Público que estiver atuando no feito deve receber em suas mãos os autos do processo e somente ele pode apor a sua assinatura no respectivo mandado.
- d) O Código de Processo Civil adota o princípio do *pas de nullité sans grief*.

17) São expressões visceralmente imbricadas à teoria dos precedentes, EXCETO:

- a) *Distinguishing*.
- b) *Full bench*.
- c) *Sinaling*.
- d) *Overruling*.

18) Avalie as assertivas e escolha a adequada.

I) Sendo o Sistema Único de Saúde (SUS) composto pela União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, impõe-se o reconhecimento da responsabilidade solidária dos aludidos entes federativos, de modo que qualquer deles tem legitimidade para figurar no polo passivo das demandas que objetivem assegurar o acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros.

II) Por se tratar de instituto destinado às obrigações solidárias e a fim de facilitar o fornecimento de medicamentos à parte necessitada, cabe chamamento ao processo da União e do Estado para comporem a demanda ao lado do Município.

III) O Município, embora componha o Sistema Único de Saúde (SUS), é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda para fornecimento de medicamento de alto custo, máxime para reequilibrar o sistema de repartição de receitas imposto pela Constituição Federal de 1988.

IV) Dada a sensibilidade da causa, dispensa-se a prova do direito líquido e certo no mandado de segurança para a realização de cirurgia cardiovascular.

Marque a alternativa CORRETA.

- a) Há um item correto.
- b) Há dois itens corretos.
- c) Há três itens corretos.
- d) Há quatro itens corretos.

19) A respeito da Ação Civil Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A coisa julgada na ação civil pública é *pro et contra*.
- b) A coisa julgada nos direitos coletivos terá eficácia *erga omnes*.
- c) A Defensoria Pública tem legitimidade legal e expressa para propor Ação Civil Pública desde a promulgação da Lei 7.347 em 1985.
- d) A sentença de improcedência se submete à coisa julgada *secundum eventum probationis*.

20) Sobre a Lei de Alimentos Gravídicos – Lei 11.804/2008, assinale a alternativa CORRETA.

a) O prazo para resposta é de 5 (cinco) dias.

b) Para que sejam deferidos os alimentos gravídicos, o juiz deverá ter plena convicção de sua deferibilidade.

c) Não há de se falar em alimentos gravídicos antes do parto.

d) Não existe a aludida lei.

21) A respeito do Código de Processo Civil de 1973 e daquele que lhe sucede, marque a alternativa CORRETA.

a) O atual Código de Processo Civil não é de 1973.

b) O Código de Processo Civil de 1973, de ideologia de Alfredo Buzaid, já está despargido ao ostracismo do sepulcro das pesquisas historiográficas – já se encontra vigente e plenamente eficaz o Código de Processo Civil promulgado pela Lei 13.105 de 16 de Março de 2015.

c) O Código de Processo Civil de 2015 está sob os paralisantes efeitos eficaciais da *vacatio legis*, de modo que surtirá efeito, em sua plenitude, apenas em 2016.

d) O Código de Processo Civil de 2015, embora timbrado como Código, é apenas de uma reforma pontual ao Código de Processo Civil de 2015.

Penal, Processo Penal e Execução Penal

22) Inconformado com a decisão do Juízo de Rolândia/PR que proibira a realização de evento artístico (show) com a participação de uma criança de 12 (doze) anos, devido ao caráter erótico-pornográfico de suas canções, o agenciador do evento comentou em seu Facebook sobre a decisão e disparou que o juiz é um verme e juízes devem morrer. Dado esse panorama hipotético, marque a alternativa CORRETA.

a) Cuida-se de fato atípico, pois é garantido ao jurisdicionado o direito de inconformismo com a decisão.

b) O Poder Judiciário é o titular do bem jurídico, de modo que, nesta situação, não se visualiza a configuração de nenhum crime.

c) É possível se falar na configuração dos crimes de calúnia e constrangimento ilegal.

d) É possível se falar na configuração dos crimes de injúria e ameaça.

23) Segundo a doutrina majoritária atual, o conceito analítico de crime é:

a) Fato típico e ilícito.

b) Fato típico, antijurídico e culpável.

c) Fato típico, ilícito, culpável e punível.

d) Fato típico, antijurídico, culpável, punível e reprovável.

24) No pertinente ao crime de homicídio, marque a opção CORRETA.

a) É tecnicamente correto falar em homicídio triplamente qualificado.

b) Quando o homicídio for praticado por razões da condição de sexo feminino, exsurge a figura do feminicídio, que se trata, ao fim e ao cabo, de um homicídio qualificado.

c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, há *bis in idem* na aplicação da causa de aumento de pena consistente na inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício com a prática do crime culposos.

d) O ciúme configura necessariamente motivo fútil.

25) Lauro e Marcelo, ambos casados, após uma longa tarde de curtição na Praia do Meireles em Fortaleza/CE, resolveram, *na sorrelfa*, escondidos de suas esposas, curtir a *noitada* em determinada casa de show no Mucuripe. Dada sua eloquência persuasiva, Marcelo não teve *problemas domésticos*. Lauro, por sua vez, *inebriado e com marcas de batom lilás*, fora impiedosamente agredido por sua esposa, que o algemou ao pé da cama e desferiu violentos golpes de chibatadas em seu espinhalço.

Considerando a situação hipotética, marque a alternativa CORRETA.

- a) Verificada a violência doméstica, é possível aplicar os dispositivos da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha para proteger Lauro.
- b) Pode ser aplicada a causa de aumento de pena do §9º do art. 129 do Código Penal, ainda que introduzida pela Lei 11.340/2006, porquanto houvera lesão praticada por cônjuge em situação doméstica.
- c) A situação narrada configura o crime de tentativa de homicídio, independente do dolo da esposa de Lauro.
- d) A Lei Maria da Penha, por menoscabar a isonomia entre gêneros (homem e mulher), fora declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

26) Renato e Felixo, boêmios e festeiros, resolveram conhecer a cidade de Londrina/PR. Após seguidas horas de ingestão de bebidas alcoólicas, foram surpreendidos, no entorno do Lago Igapó, pelo policiamento de trânsito: Renato dirigia o seu veículo, bêbado, em altíssima velocidade, 140km/h. Ele se recusou a realizar o exame do bafômetro, mas o seu estado de embriaguez saltava a olhos vistos. Em sede de defesa, Renato alegou que, na cidade donde viera, essa prática -- de dirigir sob efeito de álcool -- era socialmente admitida.

Considerando o problema hipoteticamente exposto, marque a alternativa INCORRETA.

- a) A alegação da aceitação social na cidade de origem de Renato, ainda que verídica fosse, é despida de validade jurídica.
- b) A recusa à realização do bafômetro foi lícita, pois agasalhada pela máxima do *nemo tenetur se detegere*.
- c) Justamente por não ter realizado o exame do bafômetro, impossível a condenação criminal de Renato.
- d) Considerando o fato de que Felixo estava dormindo no banco de passageiro, a sua participação no cenário fático foi juridicamente irrelevante.

27) Marque a opção ERRADA.

- a) O preterdolo é reminiscência da figura do *versari in re illicita*.
- b) Não há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- c) Para a doutrina clássica, o crime preterdoloso não admite tentativa.
- d) No crime de latrocínio, caso o roubo seja consumado e o homicídio tentado, há latrocínio tentado.

28) Assinale a opção CORRETA.

- a) Para o cenário da bomba relógio, a vedação à tortura é relativa.
- b) Pode haver crime imprescritível *ex vi legis*.
- c) A prática do direito penal subterrâneo é inadmitida no Brasil.
- d) Cifra negra é a porcentagem dos crimes de colarinho branco oficialmente não conhecida.

29) Sobre a ação no processo penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O princípio da indisponibilidade da ação penal pública não admite mitigação.
- b) A representação reveste-se de condição especial de procedibilidade, mas não poderá ter o colorido de condição especial de perseguibilidade, tampouco de prosseguibilidade.
- c) A regra nos crimes contra a dignidade sexual é a ação penal pública condicionada à representação.
- d) Antes do oferecimento da queixa-crime, fala-se em princípio da disponibilidade; após, em princípio da oportunidade.

30) Considere as alternativas e marque aquela que está ERRADA.

- a) Admite-se revisão criminal *pro reo*, jamais *pro societate*.
- b) Permite-se a utilização e consequente valoração da prova ilícita caso seja utilizada para provar a própria inocência.
- c) Para que determinado documento possa ser utilizado no plenário do júri, deve ser juntado aos autos com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.
- d) No processo penal, diferentemente do processo civil, a incompetência absoluta é incognoscível *ex officio*.

31) À luz dos entendimentos mansos e pacíficos dos Tribunais Superiores, escolha a alternativa ERRADA.

- a) A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- b) A homologação da transação penal da Lei dos Juizados Especiais não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) Ainda que intimada a defesa da carta precatória, torna-se necessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado, cuja ausência enseja nulidade do ato.

32) Áviner, Israel e Fernanda, desiludidos com o mercado de trabalho em que estão imersos, aceitaram a proposta de Jota, estelionatário contumaz, que com eles entrou em contato nas respectivas cidades em que residem: Salvador/BA, Fortaleza/CE e São Paulo/SP. Foi-lhes oferecido ócio e riqueza eterna, mas tão logo o conto do vigário calhou à fiveleta. Juninhos... Sob a proposta de investir vultosas quantias de dinheiro no mercado financeiro primário de Recife/PE, lugar em que os três transferiram o montante, Jota aplicou toda essa quantia no Jogo do Bicho em Boa Vista/RR: pela sorte, ou azar, do destino, logrou êxito e, desta feita afortunado, sumiu.

Sobre o juízo competente para julgar o processo-crime, marque a alternativa CORRETA.

- a) É competente o juízo preventivo.
- b) Compete aos juízos de Salvador/BA, Fortaleza/CE e São Paulo/SP, locais em que foram feitas as propostas, julgar o processo-crime de cada um.
- c) O crime se consumou em Boa Vista/RR, momento em que Jota, de fato, obteve lucro no Jogo do Bicho.
- d) O delito se consumou em Recife/PE, de modo que é irrelevante o que fora feito com a quantia em Boa Vista/RR, motivo por que se trata de *post factum* impunível.

33) A respeito do *habeas corpus*, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O *habeas corpus* coletivo é uma oligofrenia jurídica, razão pela qual sequer deve ser processado.
- b) Como consequência do *favor rei*, é cabível recurso ordinário da decisão concessiva ou denegatória da ordem de *habeas corpus*.
- c) Segundo o Código de Processo Penal, da sentença que conceder *habeas corpus* cabe recurso de ofício a ser interposto pelo juiz.
- d) Não se admite salvo conduto por intermédio de *habeas corpus* preventivo.

34) Sobre as prisões preventiva e temporária, escolha a alternativa CORRETA.

- a) A prisão temporária pode ser decretada *ex officio* e tem o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período.
- b) O requisito da garantia da ordem pública para fins de decretação da prisão preventiva é acolhido pelo Supremo Tribunal Federal e pela uníssona doutrina brasileira, máxime diante da sua sintonia com o sistema acusatório.
- c) Sobre o prazo da prisão preventiva, o Código de Processo Penal adota a *doutrina do não-prazo*, uma vez que não estabelece expressamente as balizas de sua duração.
- d) A decisão que decretar a prisão preventiva deverá ser motivada; mas não a que a substituir por medida alternativa à prisão, eis que menos gravosa ao *status libertatis* do acusado.

35) Anne, carioca residente na Cidade Maravilhosa, em meio às suas cansativas rotinas intelecto-laborais e sob a maléfica influência de um antigo colega de infância, achou por bem adquirir um milhar de cigarros de *cannabis sativa* para uso próprio. Não deu em outra: sem nunca sequer ter provado qualquer erva daninha, foi presa em flagrante na areia da Praia do Arpoador e imediatamente conduzida à Delegacia com a atribuição devida.

Consoante o Código de Processo Penal e o Pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Antes da apreciação judicial do auto de prisão em flagrante, Anne deverá ser conduzida sem demora à presença de um juiz para a realização de audiência de custódia.
- b) Deve o juiz, após a homologação da prisão em flagrante, tendo em vista a gravidade em abstrato da conduta praticada por Anne, decretar a sua prisão preventiva.
- c) Tratando-se de suposto delito envolvendo entorpecentes, inviável a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.
- d) É possível a decretação da prisão temporária, ainda que não haja a apreensão das drogas, dado o periclitante risco causado à ordem social pela conduta de Anne.

36) Sobre o direito de execução penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Lei de Execução Penal prevê expressamente como data-base para fins de progressão de regime o dia do trânsito em julgado da última condenação.
- b) Os beneplácitos constantes na Lei de Execução Penal são, propriamente, benefícios, e não direitos.
- c) A falta grave impede, necessariamente, a concessão de livramento condicional.
- d) Consoante verbete de súmula do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

37) Acerca do instituto da remição, marque a assertiva CORRETA.

- a) A remição por estudo é prevista na Lei de Execução Penal desde o seu nascedouro.
- b) É possível ao sentenciado que esteja submetido ao regime aberto obter remição por trabalho.
- c) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, e não necessariamente 1/3.
- d) A decisão concessiva de remição é constitutiva e não declaratória.

38) Em relação à Lei 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, marque a oração CORRETA.

- a) A Lei de Execução não se aplica aos presos provisórios.
- b) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
- c) O egresso é alheio à assistência prestada pelo Estado.
- d) A assistência material ao preso é de responsabilidade apenas de sua família.

39) Considerando o direito de execução penal, assinale a alternativa ERRADA.

- a) A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, a categoria jurídica do trânsito em julgado, de modo a colorir a decisão com a imutabilidade sacrossanta da *auctoritas rei judicatae* (coisa julgada).
- b) É possível defender, *ao menos de lege ferenda*, a aplicação do arcabouço normativo do Código Penal subsidiariamente à execução penal, como, *verbi gratia*, considerar a confissão para fins de atenuar, de alguma forma, as sanções decorrentes da prática de falta grave.
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça, o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- d) Para o Supremo Tribunal Federal, o tempo de duração da medida de segurança é de 30 (trinta) anos.

40) Marque a única assertiva CORRETA.

- a) A Lei de Execução prevê a pena de morte.
- b) A Lei de Execução Penal regulamenta a prisão perpétua.
- c) A Lei de Execução Penal visa a proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- d) A Lei de Execução Penal foi integralmente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Direito da Criança e do Adolescente

41) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Constituição Federal de 1988 entronizou a doutrina da situação irregular, para a qual crianças e adolescentes são objetos de proteção do Estado e não sujeitos de direitos.
- b) As expressões “menor” e “criança e/ou adolescente” são juridicamente sinônimas.
- c) A criança é considerada incapaz, razão por que a sua opinião é irrelevante.
- d) A Constituição Federal de 1988, no desígnio de tutelar a criança, o adolescente e o jovem, impõe à família, à sociedade e ao Estado deveres de diversos matizes.

42) A garantia de prioridade conferida à criança e ao adolescente NÃO compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- b) Preferência na ordem cronológica das sentenças a serem proferidas.
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção à infância e à juventude.

43) Sobre família substituta, marque a assertiva INCORRETA.

- a) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, mas não confere ao seu detentor o direito de opor-se aos pais.
- b) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
- c) A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.
- d) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

44) No atinente à temática de ato infracional, indique a alternativa CORRETA.

- a) Considera-se ato infracional apenas a conduta descrita como crime.
- b) A liberdade assistida foi revogada do rol das medidas socioeducativas.
- c) A prestação de serviços à comunidade não poderá exceder o período de 6 (seis) meses.
- d) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas conduz, por si só, à obrigatoriedade de que seja aplicada a medida socioeducativa de internação da criança e do adolescente.

45) A Lei 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Assinale a alternativa que NÃO está em sintonia com esse diploma normativo.

- a) As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente têm por objetivo, entre outros, a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação, e a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos.

b) O Sinase será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente a qual seja aplicada medida socioeducativa.

c) A execução das medidas socioeducativas rege-se pela máxima intervenção, que se faz necessária, sobretudo, para a orientação e o desenvolvimento psicológico do adolescente.

d) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses.

Princípios Institucionais da Defensoria Pública

46) A Emenda Constitucional n.º 80 de 2014 perpetró alvissareiras mudanças na estruturação da Defensoria Pública, timbrando-a, sobretudo, como a legítima curadora dos direitos humanos. Sobre a sistematização constitucional da Defensoria Pública e recentes votos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal nas ADI 5217 e 5218, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Defensoria Pública tem a prerrogativa constitucional de instaurar processo legislativo privativo, principalmente pela aplicação que lhe foi deferida do art. 96, II, da Constituição e pela simetria estipulada entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

b) A Emenda Constitucional n.º 80 de 2014 estabeleceu que no prazo de 8 (oito) anos a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

c) Os defensores públicos são munidos das prerrogativas da inamovibilidade, irredutibilidade de subsídios e vitaliciedade.

d) A Emenda Constitucional n.º 80 de 2014 positivou constitucionalmente a legitimidade da Defensoria Pública para a defesa dos direitos coletivos – o que já era, todavia, admitido pela Lei da Ação Civil Pública desde 15 de Janeiro de 2007.

47) Ainda sobre o tratamento conferido pela Constituição Federal à Defensoria Pública e de acordo com os magistérios doutrinário e jurisprudencial, assinale a alternativa CORRETA.

a) Extrai-se diretamente da Constituição Federal que o sistema de justiça é formado por um triângulo equilátero, de modo que a Defensoria Pública, hoje, é simétrica à Magistratura e ao Ministério Público.

b) A independência funcional da Defensoria Pública é um princípio constitucional implícito.

c) É vedado ao Defensor Público o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, exceto em causa própria.

d) A Defensoria Pública e a Advocacia estão topologicamente interligadas na Constituição Federal.

48) Em consonância com a Lei Complementar 80/1994, são objetivos da Defensoria Pública, EXCETO:

a) A afirmação do Estado Democrático de Direito.

b) A prestação de orientação jurídica e o exercício da defesa dos necessitados, em todos os graus.

c) A prevalência e efetividade dos direitos humanos.

d) A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

49) A Defensoria Pública em Londrina encontra-se, atualmente, dado o diminuto quórum de Defensores Públicos, atuando apenas nas áreas de Execução Penal e

Medidas Alternativas, Infância e Juventude e subsidiariamente nas áreas de Saúde e Educação e questões relacionadas a violações à dignidade da pessoa humana, além de realizar as providências iniciais diante do recebimento de Autos de Prisão em Flagrante. Considere a hipótese de um usuário dirigir-se à Defensoria Pública com uma dúvida jurídica envolvendo aspectos do Direito das Sucessões. Diante do panorama descrito, o que deverá ser feito?

- a) Encaminhar o usuário imediatamente ao Núcleo de Prática Jurídica de Faculdade de Direito mais próximo, ainda que haja a possibilidade de que a dúvida que o usuário tem sobre Direito das Sucessões seja esclarecida no momento, uma vez que seria absolutamente incongruente prestar-lhe assistência extrajudicial sem a possibilidade de levar a cabo a postulação judicial da pretensão porventura cabível.
- b) Esclarecer ao usuário as limitações da Defensoria Pública e orientá-lo sobre a possibilidade do envio de críticas à Controladoria-Geral do Estado do Paraná.
- c) A prestação de assistência extrajudicial é matéria estranha à atuação da Defensoria Pública, cuja atuação é essencialmente judicial. Logo, no momento da triagem, deverá ser perscrutado se o anseio do usuário é jurídico ou extrajurídico – no caso, supondo que o usuário tinha apenas dúvidas jurídicas e não pretensão a ser levada ao Poder Judiciário, incabível a atuação da Defensoria Pública, a despeito da falta de atribuição/estrutura para atuar no Direito das Sucessões.
- d) Ouvir a dúvida jurídica do usuário e esclarecê-la, ainda que a Defensoria Pública em Londrina não atue no âmbito do Direito das Sucessões, devendo, caso realmente haja ato postulatório jurídico a ser realizado, encaminhar o usuário ao Núcleo de Prática Jurídica de Faculdade de Direito mais próximo.

50) Considere as assertivas abaixo, em observância à Lei Complementar 80/2014, e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os usuários da Defensoria Pública têm direito de saber sobre a localização e o horário de funcionamento dos seus órgãos.
- b) O usuário da Defensoria Pública tem direito a um serviço de qualidade e eficiente.
- c) O princípio do defensor natural é construção meramente jurisprudencial.
- d) Prevê expressamente o direito a um Defensor Público tabelar nas hipóteses em que sejam verificados interesses antagônicos ou colidentes entre os destinatários de suas funções.